

CONTRACT AS INEQUALITY

CONTRATO COMO DESIGUALDADE

OSNY DA SILVA FILHO

Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo, com período sanduíche na Universidade da Califórnia, Berkeley. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, com parte da graduação cursada na Universidade de Roma I "La Sapienza" e na Universidade de Roma II "Tor Vergata". Professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP).
osny.silva@fgv.br

Recebido em: 16.09.2016
Aprovado em: 06.02.2017

ÁREA DO DIREITO: Civil

ABSTRACT: Mainstream contract theories are built on ideals of formal equality and autonomy as independence. In the last decades, however, substantial inequalities came to be pervasively acknowledged, challenging some major tenets of these mainstream theories. This article elaborates on the wide-ranging acknowledgement of inequality in contract law and discusses its theoretical and epistemological implications, drawing on recent papers by Aditi Bagchi, Hanoch Dagan, and Martijn Hesselink.

KEYWORDS: Contract law – Contract theory – Formal equality – Substantial equality – Distributive justice.

RESUMO: As mais conhecidas teorias do contrato orientam-se por ideais de igualdade formal e autonomia como incolumidade. Nas últimas décadas, entretanto, desigualdades substanciais passaram a ser largamente reconhecidas, desafiando uma série de pressupostos dessas teorias. Este artigo trata do amplo reconhecimento da desigualdade no direito dos contratos e discute, a partir de textos recentes de Aditi Bagchi, Hanoch Dagan e Martijn Hesselink, suas implicações teóricas e epistemológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito dos contratos – Teoria do contrato – Igualdade formal – Igualdade substancial – Justiça distributiva.

SUMÁRIO: 1. Introduction. 2. The rise of inequality. 3. Implications for contract theory. 3.1. Aditi Bagchi. 3.2. Hanoch Dagan. 3.3. Martijn Hesselink. 4. Conclusion. 5. References.

1. INTRODUCTION

Legal scholars tend to assume that contract law and inequality are unrelated subjects. Though hardly discussed, this assumption is usually grounded on two reasons. The first lies in the belief that problems arising from substantial inequality, and especially from background economic inequalities (i.e. income, pay or wealth inequalities), should be corrected exclusively by public law, so by mechanisms foreign to contract law in particular and to private law in general. This reasoning is